

Sociabilidade dos Trabalhadores do Bexiga durante a Primeira República

Uassyr de Siqueira* - PPG-UNICAMP

Em 26 de fevereiro de 1906, o jornal *O Estado de São Paulo* publicou a seguinte notícia:

“O carroceiro Vincenzo Ceci, em companhia de outros indivíduos, divertiam-se ontem animadamente numa partida de jogo de bolas, no terreno situado ao lado de um botequim, à rua Paim, e depois, em decorrência de mal tempo, interromperam a diversão reunindo-se todos no interior do botequim, onde permaneceram entretidos em demorada palestra até as 10 horas da noite.

Os convivas, nessa reunião, excederam-se e os mais exaltados provocaram uma alteração, o que deu lugar à intervenção de Vincenzo Cecci, que procurava retirar do meio do barulho o seu companheiro Raphael Cacciari. Este, dominado pelos efeitos do álcool, maltratou seu companheiro, repelindo-o armado de uma navalha, e ferindo-o nessa ocasião com extenso golpe na testa.

No recinto do botequim estabeleceu-se logo grande confusão e o ofensor, aproveitando-se dessa circunstância, logrou evadir-se.(...)”¹

Detalhando o conflito, ressaltando os efeitos maléficos do álcool sobre a mente do agressor e o uso de uma navalha, a notícia acima descreve um incidente ocorrido nos locais de sociabilidade dos moradores do Bexiga, bairro paulistano. Um desses lugares era o jogo de bolas, também conhecido como *bocce*: essa forma de diversão estava presente em considerável parte das ruas do bairro, e seus responsáveis eram quase todos italianos. O botequim, juntamente às vendas e armazéns, também era um dos pontos de convivência dos trabalhadores do bairro, onde poderiam fazer suas refeições e tomar um trago com os companheiros. Em *Brás, Bexiga e Barra Funda*, Alcântara Machado descreve o cotidiano do Armazém Progresso, que ficava na rua da Abolição, no Bexiga. O estabelecimento possuía jogo de *bocce*, e, segundo a narrativa apresentada por Machado, era freqüentado pelos trabalhadores do lugar.² As notícias veiculadas pela grande imprensa freqüentemente descrevem brigas e confusões ocorridas nesses locais, onde o consumo excessivo de bebida alcoólica é apontado como causa dos conflitos e do desvirtuamento da rotina de trabalho. Assim, carroceiros, pedreiros, sapateiros e outras categorias profissionais são mencionadas de modo a enfatizar a condição social dos envolvidos em incidentes

* Doutorando em História Social na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), com projeto de pesquisa intitulado “Lugares de Encontro. Espaços de Sociabilidade dos Trabalhadores do Bexiga (1880-1920), financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

procurando, dessa maneira, fornecer argumentos que enfatizassem o desvio de conduta em relação ao modelo do trabalhador ordeiro. É o que sugere outro incidente, narrado pelo *Correio Paulistano*, em que os “ italianos Caetano Raphael , sapateiro, morador à Ladeira do Ouvidor, nº 12, e Julio Finale, pedreiro, residente à rua Major Diogo, nº 90”, (...) na ocasião em que bebiam uma garrafa de vinho ontem, pela manhã, num armazém da rua Augusta, travaram-se de violenta altercação e em seguida passaram à luta corporal.”³ O agressor foi preso em flagrante, demonstrando a presença da polícia no cotidiano e nos locais de sociabilidade dos trabalhadores. E, de maneira semelhante a outras ocorrências do tipo, os conflitos surgem após prévios rituais de sociabilidade envolvendo consumo de bebidas alcoólicas. Os trabalhadores acima poderiam não ter jornadas de serviço muito regular, o que lhes daria maior tempo livre, que poderia ser utilizado para freqüentar armazéns e botequins, onde consumiam bebidas. O ofício de pedreiro, profissão de Julio Finale, não necessariamente exigia jornadas de trabalho que ocupassem todos os dias do mês. Em manifesto, a Liga de Resistência entre Pedreiros e Anexos ressaltava que, diferentemente de outros ofícios, “nós podemos contar com uma média de apenas 18 a 20 dias de trabalho ao mês, considerando os dias de chuva, os dias em que faltam materiais e outros inconvenientes do nosso ofício.(...)”⁴ Sujeitos às intempéries do tempo e da organização das obras, como a presença ou não de materiais suficientes para o andamento do serviço, em alguns momentos os pedreiros poderiam dispor de um maior tempo fora do trabalho, que poderia ser usado para desempenhar outras atividades ou, no caso de Julio Finale, freqüentar armazéns e outros espaços de lazer.

Indo além da estigmatização promovida pela imprensa, os incidentes ocorridos nos espaços de sociabilidade sugerem, em algumas ocasiões, tênues fronteiras entre tempo de trabalho e tempo de lazer. O caso de outro sapateiro, Eugenio Papa, morador do Bexiga, também ilustra essa possibilidade: noticiava *O Estado de S. Paulo* que Eugenio “deixando ontem de ir ao trabalho, na oficina de calçados Melillo, passou o dia juntamente com seu companheiro de trabalho, Júlio Cordella, à rua de S. Domingos, 68. Os dois companheiros, que passaram tantas horas de camaradagem no decorrer do dia, dasavieram-se mais tarde,

porque se excederam em liberações alcoólicas (...) quando tiveram a desinteligência que deu lugar à luta corporal, travada entre os dois.”⁵

Os episódios de conflitos envolvendo trabalhadores alimentavam campanhas anti-álcool promovidas pelas organizações sindicais e pela imprensa operária. Em *A Lucta Proletária*, periódico da Federação Operária do Estado de São Paulo, dizia-se “Abaixo o álcool! O alcoolismo é infelizmente uma das mais perniciosas drogas da classe operária, arrastando além de tudo em número incalculável de doenças, ente outras, a terrível tuberculose”⁶ Já no Primeiro Congresso Operário, realizado em 1906, foi deliberado a realização de uma ampla campanha contra o alcoolismo, freqüentemente apontado como causadores de doenças diversas e pela perda das faculdades morais e intelectuais da classe trabalhadora.⁷ No entanto, os militantes operários não viam os freqüentadores de botequins e tavernas com mero desprezo, mas sim enquanto companheiros que precisavam ser conquistados para as fileiras das organizações sindicais. Em um artigo publicado no jornal *La nuova gente*, o articulista dizia que, “Para ser um propagandista útil, é preciso ser tolerante.”, sendo necessário ir às tavernas para observar o estado moral dos companheiros de trabalho, procurando alertar as “vítimas da pinga” quanto aos males morais causados pelo álcool.⁸

Muito embora as notícias apontassem o consumo do álcool como causa de conflitos e do esmorecimento do trabalhador, devemos problematizar a maneira pela qual os freqüentadores das vendas e botequins encaravam suas experiências de sociabilidade. Em 15 de setembro de 1906 o *Correio Paulistano* publicava noticiava a prisão do italiano Frederico Guido, que foi “recolhido ao xadrez do posto policial do Bexiga, à disposição do subdelegado do distrito(...) preso por ocasião em que promovia desordens num armazém daquele bairro, armado de um punhal e de revolver e em estado de embriagues.”⁹ Em outro jornal, informava-se que Guido seria “multado de acordo com as posturas municipais.”¹⁰ Esta seria uma notícia corriqueira, semelhante a tantos outros conflitos ocorridos em armazéns e vendas no bairro. No entanto, um dia depois, Frederico Guido publicaria uma nota no *Correio Paulistano*, ressaltando ser “um operário conhecido e considerado por pessoas

altamente colocadas na sociedade paulista.” Afirmava também ser “um operário que residu no Brasil há vinte e tantos anos e não consta uma única prisão minha e nem tão pouco que fosse conhecido por desordeiro, a não ser agora por fantasia da reportagem.”¹¹ Frederico Guido não negou que estivesse embriagado e que freqüentava, no instante de sua prisão, o armazém do bairro, como havia sido afirmado antes pelo jornal. Entretanto, além de alegar auto-defesa, o argumento central de seu protesto, que enfraquece os efeitos de sua possível embriaguez, está em sua auto-afirmação enquanto operário reconhecidamente ordeiro, inclusive “por pessoas altamente colocadas na sociedade paulista.” - o que sugere que seus patrões não tinham queixas contra ele, fator que poderia lhe conferir maior respeitabilidade. Outra estratégia importante para a sua defesa foi afirmar que já residia longos anos no país, procurando, dessa maneira, se livrar do rótulo de “estrangeiro”, que também era amplamente utilizado para desqualificar as lideranças do movimento operário durante a Primeira República.¹² Notamos, portanto, que freqüentar botequins e tomar um trago com os amigos não era necessariamente incompatível com uma auto-definição como trabalhador e ordeiro, ao contrário do que a grande imprensa freqüentemente procurava afirmar ao noticiar episódios de conflitos no armazéns e botequins da cidade.

A campanha contra o álcool está inserida em um programa mais amplo sobre o uso do tempo livre pelo trabalhador, o que certamente incluía os locais de escolha para sua sociabilidade. Assim, em alguns casos, fazer propaganda sindical significava também fazer anti-propaganda contra outras formas de agremiação freqüentadas pelos trabalhadores, particularmente, as de caráter recreativo. Em janeiro de 1909 o jornal *La Lotta Proletária* publicava uma longa nota, dirigida à “juventude paulistana”, afirmando que, enquanto o movimento sindical agonizava, uma outra associação florescia, “fazendo diariamente maravilhosos progressos”: os centros recreativos, ao passo as assembléias das associações de ofício, onde se tratam sobre os interesses dos proletários, tornavam-se desertas. “Tudo isso por qual razão?”, questionava o articulista, “Talvez porque lá (nas associações recreativas) houvesse maior familiaridade? Que nada! Nem sonhando!”. Segundo o articulista, maior familiaridade haveria nas organizações sindicais, onde os

trabalhadores estariam em meio aos companheiros de ofício, ficando a par da situação de trabalho em outras oficinas e podendo, desta maneira, agir para melhorar sua condição. Em outro documento, um manifesto dos tecelões, apontava-se também o sindicato como local “onde se conhecem bons camaradas”, enfatizando esse tipo de entidade enquanto espaço de sociabilidade operária.¹³

Entre os argumentos utilizados contra os círculos recreativos, constam a “imbecilização” da juventude e o estímulo à libidinagem, além do alto preço cobrado pelos círculos recreativos, que seriam bastante altos se comparados às cotizações exigidas pelas organizações sindicais. Outro argumento utilizado refere-se à estrutura hierárquica das entidades de recreação, compostas por presidentes, secretários, tesoureiros, etc., que seriam formas de autoridade tão severas quanto àquelas suportadas nas oficinas de trabalho. Além disso, o articulista alertava seus leitores para o problema das divisões que ocorreria no interior dos círculos recreativos, podendo haver uma separação entre pessoas que, durante o trabalho, usavam as mesmas roupas empoeiradas e esfarrapadas.¹⁴ Dessa forma, os sindicatos procuravam fortalecer a identidade de classe, procurando superar as divisões que eram estabelecidas a partir de outros laços de lealdade que poderiam se manifestar nos círculos recreativos, como identidades étnicas. Além da polêmica contra as sociedades recreativas, a realização dos bailes nas atividades sindicais também vinha sendo motivo de controvérsia. Durante o 2º Congresso Estadual, que havia sido realizado em 1908, foi aconselhado às agremiações sindicais a exclusão “do baile e de qualquer espécie de jogos”, sendo aconselhado também a “fundação de centros dramático-sociais e de sessões onde se entretenham os sócios em palestras amigáveis.”¹⁵ O conselho, no entanto, não foi de forma alguma atendido pelos sindicatos, que continuaram realizando bailes em suas atividades até década de 20.

Apesar das veementes críticas das organizações sindicais aos grêmios recreativos, revelando a discordância acerca do modo pelo qual os trabalhadores deveriam utilizar seu tempo livre e de lazer, as organizações sindicais e recreativas não eram necessariamente distantes umas das outras. Em 15 de maio de 1906, Giulio Sorelli, membro da Comissão

Executiva da União dos Sindicatos de São Paulo, solicitava à polícia “licença para um espetáculo e baile familiar que a mesma vai realizar amanhã, 16, no Salão Eden Club”¹⁶, uma organização recreativa. O programa da atividade incluía apresentação de peças teatrais, conferências – versando sobre anti-alcoolismo, pelo Dr. Benjamin Motta, e sobre a organização operária, por Giulio Sorelli – finalizando com um “baile familiar” – denominação certamente utilizada para se diferenciar dos outros bailes que ocorriam com frequência nos salões dos bairros paulistanos. A União dos Sindicatos, fundada em 1907, após fechamento da Federação Operária de São Paulo (FOSP), possuía em seus estatutos sociais itens defendidos e aprovados durante o I Congresso Operário Brasileiro (1906) e que seriam a base da construção da Confederação Operária Brasileira (COB), que se assentava sobre os princípios do sindicalismo revolucionário, como exigir que os sindicatos federados tivessem “por base a resistência sobre o terreno econômico” e que não fossem filiados a partidos políticos. Os estatutos da União dos Sindicatos estabeleciam ainda que a entidade deveria estabelecer “relações com as sociedades exclusivamente operárias, organizadas sobre o terreno econômico tanto do Brasil como dos outros países para que os trabalhadores possam conhecer o movimento e situação de sua classe em toda a parte”.¹⁷

A convivência entre sociedades de caráter distinto compartilhando o mesmo espaço, ou locais bastante próximos geograficamente, era bastante comum na cidade de São Paulo durante a Primeira República. Em 1920, salões do Largo do Riachuelo, no Bexiga, realizavam suas atividades a Liga Operária da Construção Civil, União de Alfaiates e Costureiras para Senhoras, União dos Canteiros e sociedades recreativas como G. D. R. Guarani, Centro Recreativo Smart, que congregava associados negros, e outras, que mantinham uma considerável proximidade geográfica.¹⁸ Essa proximidade, que certamente alimentava as diatribes das lideranças sindicais sobre práticas que, ao menos no âmbito do discurso, eram consideradas imorais – como o baile – fornecia um amplo leque de possibilidades aos trabalhadores na escolha do uso de seu tempo livre. Poderiam frequentar uma reunião sindical e, logo depois, se divertir nas atividades de recreação promovidas por outras associações. Para o caso do bairro Belenzinho, Jacob Penteado corrobora essas

possibilidades, demonstrando que diretores de sociedades sindicais também participavam da organização de sociedade recreativas e esportivas – o que certamente era comum em outros bairros paulistanos. A proximidade entre associações recreativas e sindicais não era meramente geográfica. Ao realizar suas atividades, eram obrigadas a solicitar autorização às autoridades policiais, que lhes impunham restrições semelhantes: uma delas era não permitir a cobrança de entradas nos eventos promovidos, como foi o caso do pedido feito pela União dos Sindicatos.¹⁹ Isso era um artifício para restringir a participação nos eventos aos associados, facilitando o controle policial sobre as atividades. Ao observar os estatutos sociais de associações distintas, observamos também uma preocupação comum: amparar seus membros em caso de situações adversas, como o desemprego – embora as formas propostas para se fazer isso variasse de acordo com o tipo de associação. Assim, notamos que o Grêmio Dramático e Musical Luso-Brasileiro, no bairro do Bom Retiro, propunha “conceder benefícios (...) aos sócios que os solicitarem, uma vez provado a falta de recursos por moléstia ou desemprego”²⁰, item estatutário encontrado com frequência no registros de associações de socorros mútuos. O auxílio aos membros em dificuldades também aparece nos estatutos da União Operária da Construção Civil, organizada em 1919 e que congregava pedreiros, serventes, pintores, frentistas, carpinteiros, marceneiros, torneadores, lustradores, etc, que propunha “obter colocação para seus associados quando desempregados.” – embora a atuação dessa entidade fosse muito mais ampla.²¹ Outro traço comum entre sociedades recreativas e sindicais a preocupação com a instrução de seus associados, mantendo bibliotecas em suas sedes sociais.

Ao analisar diversos locais de convívio e de associação presentes no Bexiga, procuramos problematizar as diferentes relações estabelecidas no âmbito da sociabilidade dos trabalhadores. Confrontos entre diferentes usos do tempo livre, relações entre tempo de trabalho e tempo de lazer e, o que exige um fôlego de trabalho para além desse artigo, a análise de múltiplas identidades experimentadas no mundo do trabalho são temas que perpassam os lugares de sociabilidade dos trabalhadores paulistanos.

¹ *O Estado de S. Paulo*, “Notícias Diversas”, 26/02/1906 p.2

² MACHADO, A. Alcântara. *Brás, Bexiga e Barra Funda*. São Paulo: *O Estado de S. Paulo*/ Klick Editora. 1997 p. 64-68

³ *Correio Paulistano*, “Fatos Diversos”, p. 4

⁴ *La Lotta Proletaria*, “Lega di Residenza tra muratori e affini.”, 15/07/1909 p. .3

⁵ *O Estado de S. Paulo*, “Notícias Diversas”18/08/1908 p.2”

⁶ 21/03/1908

⁷ TOLEDO, Edilene. *Anarquismo e Sindicalismo Revolucionário. Trabalhadores e Militantes em São Paulo na Primeira República*. São Paulo: Ed;. Perseu Abramo. Coleção História do Povo Brasileiro. op. cit. , p. 91

⁸ *La Nuova gente* , 5/11/1903, p. 4

⁹ *Correio Paulistano*, 15/09/1906, p.4

¹⁰ *O Estado de S Paulo*, “Notícias Diversas”, 15/09/1906, p.3

¹¹ *Correio Paulistano*, “Seção Livre”, 16/09/1906, p.5

¹² MARAM, Sheldon Leslie. *Anarquistas, Imigrantes e o Movimento Operário Brasileiro (1890-1920)* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979. p. 146

¹³ *A Lucta Proletaria*, 8/02/1908, p.2 -3

¹⁴ *La Lotta Proletaria* , “I circoli ricreativi”, 19/01/1909, “p.2

¹⁵ *A Lucta Proletaria*, 1/05/1908, p4

¹⁶ “Secretaria de Justiça e Segurança Pública” , Caixa 3156. AESP

¹⁷ Idem

¹⁸ Ano de 1920 Banco de Dados Clubes e Sociedades. Cecult/Unicamp

¹⁹ “Secretaria de Justiça e Segurança Pública” -14/03/1908, caixa 3158. AESP

²⁰ Estatutos Sociais, 1907. 1º cartório de Registros de Imóveis da Comarca da Capital. Registro 191. C10397 AESP

²¹ Estatutos Sociais, 1919. 1º cartório de Registros de Imóveis da Comarca da Capital. Registro 649. AESP